

# **Análise das Informações Evidenciadas nos Balanços Sociais de Empresas do Rio Grande do Sul Brasil**

**Afonso Rodrigo de David**

**Ernani Ott**

## **Resumo:**

*Nos últimos anos é crescente o número de empresas que estão elaborando e publicando o Balanço Social, porém, não há evidências claras se as informações que constam nesta demonstração, não obrigatória mas incentivada, sejam relevantes. Espera-se que a mesma reúna um conjunto de informações que a torne uma ferramenta importante para o tomador de decisões da empresa, e sirva como elemento de comunicação com o seu ambiente interno e externo. Levando-se em conta estes aspectos, traçou-se como objetivo deste estudo, identificar que informações as empresas estão disponibilizando aos usuários através do Balanço Social, considerando-se que a evidenciação é um dos elementos-chave da contabilidade. A pesquisa desenvolveu-se com base nos Balanços Sociais de 88 (oitenta e oito) empresas de pequeno, médio e grande porte, relativos ao ano de 2000, encaminhados à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2001, para concorrer ao Prêmio de Responsabilidade Social e ao Troféu de Responsabilidade Social.*

## **Palavras-chave:**

**Área temática:** *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social*

## **Análise das Informações Evidenciadas nos Balanços Sociais de Empresas do Rio Grande do Sul – Brasil**

**Autores: Afonso Rodrigo de David  
Ernani Ott**

### **Resumo**

Nos últimos anos é crescente o número de empresas que estão elaborando e publicando o Balanço Social, porém, não há evidências claras se as informações que constam nesta demonstração, não obrigatória mas incentivada, sejam relevantes. Espera-se que a mesma reúna um conjunto de informações que a torne uma ferramenta importante para o tomador de decisões da empresa, e sirva como elemento de comunicação com o seu ambiente interno e externo. Levando-se em conta estes aspectos, traçou-se como objetivo deste estudo, identificar que informações as empresas estão disponibilizando aos usuários através do Balanço Social, considerando-se que a evidenciação é um dos elementos-chave da contabilidade. A pesquisa desenvolveu-se com base nos Balanços Sociais de 88 (oitenta e oito) empresas de pequeno, médio e grande porte, relativos ao ano de 2000, encaminhados à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2001, para concorrer ao Prêmio de Responsabilidade Social e ao Troféu de Responsabilidade Social.

### **1 Introdução**

De modo geral, no desempenho de suas atividades, as empresas utilizam recursos provenientes do meio onde estão inseridas, sejam recursos naturais como jazidas e a própria terra; recursos financeiros como o investimento feito pelos acionistas e financiamentos obtidos; recursos intelectuais e de força de trabalho, provenientes do conhecimento e habilidade das pessoas que atuam nestas empresas; ou recursos de infra-estrutura legal, em muitos casos cedida pelo Estado sob a forma de incentivos fiscais.

Portanto, os benefícios econômicos gerados pelas empresas têm um determinado custo para a sociedade, pois no momento em que elas utilizam certos recursos, principalmente os naturais, estão contribuindo para a extinção dos mesmos, sendo imperativo que atuem de forma a prevenir e/ou remediar as situações onde isso ocorre.

Dentro deste processo de uso de recursos, as empresas produzem novas riquezas e bens destinados ao consumo e à satisfação das necessidades da própria sociedade. Além disso, em muitas circunstâncias investem em ações voltadas aos seus colaboradores e à sociedade onde atuam, investimentos estes que podem ser evidenciados através de uma demonstração intitulada Balanço Social, ou como algumas empresas preferem denominar, Relatório Social. No Brasil, não há nenhum modelo de Balanço Social que seja de uso obrigatório, embora já exista projeto de lei nesse sentido. Empresas de alguns setores específicos, todavia, são obrigadas a publicar esta demonstração, como é o caso das empresas de energia elétrica, por exigência da agência reguladora do setor.

No Rio Grande do Sul (RS), percebe-se um crescente movimento das empresas no sentido de elaborar e divulgar o Balanço Social, principalmente após a entrada em vigor da Lei Estadual n.º 11.440, em 18 de janeiro de 2000. Esta lei confere às empresas que apresentarem o seu Balanço Social à Assembléia Legislativa do Estado um Selo de Responsabilidade Social, e as três empresas que mais se destacaram nas atividades sociais, uma de cada porte (pequeno, médio e grande), recebem, também, o Troféu Responsabilidade Social. Os critérios para escolha das empresas agraciadas com este Troféu, são definidos por comissão mista composta por representantes da sociedade civil.

No ano de 2000, primeiro ano de vigência da lei, apenas 21 empresas apresentaram o seu Balanço Social à Assembléia. No ano seguinte, 88 empresas o fizeram, e no ano de 2002 o

número total de empresas que participaram foi de 153, o que comprova o crescimento no interesse das mesmas em relação ao tema.

## **2 Evidenciação Contábil (*Disclosure*)**

Iudícibus e Marion (2001) mencionam que a contabilidade é um sistema de informação e avaliação, destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação às entidades. Possui como objeto o patrimônio das entidades, evidenciando as variações quantitativas e qualitativas do mesmo. Em uma visão macro, é a ciência que registra e analisa como e quão bem a entidade utilizou os recursos a ela confiados.

Para Vasconcelos e Viana (2002, p.28) “quanto mais informações, qualificadamente evidenciadas, forem disponibilizadas, mais segurança terão os investidores em seus investimentos”.

Hendriksen e Van Breda (1999), assinalam que as informações contábeis destinam-se aos acionistas, a outros investidores, e a credores. Porém, segundo os autores, é reconhecido que devem ser divulgadas informações aos funcionários, clientes, órgãos do governo e ao público em geral, mas esses grupos são encarados apenas como destinatários secundários dos relatórios anuais e de outras formas de divulgação.

Os citados autores, no entanto, defendem que a empresa em parte é responsável por esta falta de clareza nas informações divulgadas aos destinatários secundários. Afirmam que os objetivos de apresentação de informações aos funcionários, clientes e ao público em geral, por outro lado, não têm sido bem formulados. Na ausência de conhecimento mais específico, a premissa é a de que a informação útil aos investidores e aos credores será útil, também, para outros grupos.

Vasconcelos e Viana (2002) entendem que o maior objetivo da contabilidade é divulgar aos usuários as informações que necessitam para gerir seus empreendimentos. A pergunta que os autores se fazem, diz respeito justamente a quais são essas necessidades e, também, se as demonstrações contábeis conseguem satisfazê-las.

Para Bueno (1999), há muito tempo se debate a importância, a legalidade e o sigilo das informações contábeis de uma entidade. Sabe-se que o interesse por tais informações deixou de ser exclusividade apenas de seu proprietário, desde que os governos começaram a tributar as empresas com base no registro de suas atividades.

Segundo Souza (1995), evidenciação é a divulgação deliberada de informações para o mercado, seja quantitativa ou qualitativa, requerida ou voluntária, via canais formais ou informais.

O termo evidenciação ou *disclosure* (em inglês), tem um sentido muito específico na contabilidade. Para Iudícibus (2000), não se trata de uma convenção mas sim de um capítulo especial da teoria da contabilidade. Complementa, dizendo que na verdade a evidenciação está ligada aos objetivos da contabilidade, ao garantir informação diferenciada aos diversos tipos de usuários. O tipo e a quantidade de evidenciação, segundo o autor, dependem, em parte, de quão sofisticado o leitor possa ser ao interpretar dados contábeis.

Segundo Iudícibus e Marion (2001, p. 88), a evidenciação é o

processo pelo qual a empresa apresenta todas as informações que permitam a avaliação de sua situação patrimonial e das mutações de seu patrimônio e, além disso, que possibilitem a realização de inferência perante o futuro. As informações não passíveis de apresentação explícita nas demonstrações propriamente ditas devem, ao lado das que representam detalhamentos de valores sintetizados nessas mesmas demonstrações, estar contidas em notas explicativas ou em quadros complementares. Com relação à quantidade, muitas expressões e conceitos têm sido utilizados; alguns falam em evidenciação adequada (*adequate disclosure*), outros

ainda em evidenciação justa (*fair disclosure*), e outros ainda em evidenciação plena (*full disclosure*). Na verdade, não existe diferença efetiva entre tais conceitos, embora tenham sido utilizados com significados distintos; toda informação para o usuário precisa ser, ao mesmo tempo, adequada, justa e plena, pelo menos no que se refere ao detalhe que está sendo evidenciado.

Para Vasconcelos e Viana (2002, p.26), “é crescente a demanda por informações de ordem não-financeira, fator que denuncia a preocupação da sociedade pelo contexto dos números e a necessidade de buscar-se formas adequadas de evidenciar a informação contábil”.

### 3 Balanço Social

Iudícibus e Marion (2001, p. 25) definem Balanço Social como sendo o

relatório que contém dados, os quais permitem identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Tinoco (1993, p. 35) define Balanço Social como sendo “um instrumento de gestão e de informação que visa a reportar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais do desempenho das entidades, aos mais diferentes usuários”. Essa visão é compartilhada por Mendes *et al.* (1998), ao entenderem que se trata de um instrumento de gestão e de informação que evidencia plenamente as informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho das entidades, propiciando uma visão da participação social e econômica da empresa em seu ambiente de atuação.

Para Danziger *apud* Tinoco (2001, p. 30), “o Balanço Social é um documento importante, espelho da situação social da empresa, ele testemunha o clima que a rege. Plataforma de cooperação ou de reivindicação, ele inaugura de maneira implícita uma nova era nos relatórios entre a direção e os assalariados”.

No entender de Costa, Visconti e Azevedo (2002), Balanço Social é o nome dado à publicação de um conjunto de informações e de indicadores dos investimentos e das ações realizadas pelas empresas no cumprimento de sua função social junto aos seus funcionários, ao governo e às comunidades com que interagem, direta e indiretamente. Nesse sentido, os autores consideram-no um instrumento de demonstração das atividades das empresas, que tem por finalidade conferir maior transparência e visibilidade às informações que interessam não apenas aos sócios e acionistas das companhias, mas também a um número maior de atores: empregados, fornecedores, investidores, parceiros, consumidores e comunidade.

Araújo (2001, p. 79) ressalta que “as dimensões da Responsabilidade Social de uma empresa estão retratadas no Balanço Social. Isto significa que o dimensionamento dessa responsabilidade pode ser mensurado por meio da análise desse demonstrativo”. O autor entende ainda que se trata de uma demonstração que espelha o compromisso da empresa com as gerações presentes e futuras.

Ribeiro e Lisboa (2002) identificam que há pelo menos três vertentes do Balanço Social: a de Recursos Humanos, a Ambiental e a do Valor Adicionado. Estas vertentes podem ser tratadas isoladamente como, também, em conjunto. Na sua concepção mais ampla, o Balanço Social envolve a demonstração da interação da empresa com os elementos que a cercam ou que contribuem para sua existência, incluído o meio ambiente natural, a comunidade e economia local e recursos humanos.

Sá (1999, p. 267) afirma que “o que se busca com o Balanço Social que a empresa demonstra não é, todavia, uma evidência sob a ótica exclusiva particular, mas, sim, adaptada àquela sociedade em geral, em suas diversas classes”. Portanto, é uma demonstração não da

sociedade mas para a sociedade. Os dados devem ser aqueles que interessam aos entes sociais. Sá (1999, p. 264) ao referir-se às informações do Balanço Social, afirma que ele

evidencia tudo o que a empresa contribuiu ou agregou à sociedade, ou seja, o que pagou aos empregados, ao Governo, aos bancos, o que dedicou a assistência educacional, o que empregou em assistência social, o que remunerou acionistas, o quanto comprou no país e fora dele, etc.

Marquès *apud* Tinoco (2001, p. 29), menciona que

em uma muito larga medida a empresa é o seu pessoal. Fazer um Balanço Social é, com efeito, em um largo sentido descrever seu pessoal, a forma como ele evolui, as diversas categorias que o compõem, as condições nas quais trabalha, como entra e como sai da empresa, a interface enfim, deste parceiro privilegiado com os outros membros dos que nós tínhamos qualificado de coalizão de interesses.

### 3.1 Modelos de Balanços Sociais

Costa, Visconti e Azevedo (2002) entendem que os modelos propostos de Balanço Social apresentam pequenas diferenças, mas têm em comum a abordagem de aspectos internos e externos da empresa.

Duarte e Dias (1985, p. 99) alertam que

a inexistência de padrões estabelecidos de Balanço Social explica porque a avaliação do desempenho da empresa na área social apresenta-se de tantas formas, variando desde umas poucas linhas encaixadas no relatório tradicional de fim de exercício, até sofisticados balanços globais que tentam retratar fielmente o envolvimento da empresa neste campo e as mudanças ocorridas em determinado período de referência.

Segundo os autores, um exemplo interessante de Balanço Social é o estabelecido na lei francesa, que se refere somente aos recursos humanos, classificando-o como sendo 'setorial'. Embora a lei francesa estabeleça indicadores específicos para cada setor de atividade, todos os balanços devem conter informações sobre sete aspectos gerais, a saber (DUARTE & DIAS, 1985, p. 103):

- emprego;
- remuneração e encargos acessórios;
- condições de higiene e segurança;
- outras condições de trabalho;
- formação;
- relações profissionais;
- outras condições relevantes na vida da empresa.

Linowes *apud* Duarte e Dias (1985, p. 105), desenvolveu um modelo de Balanço Social que tenta traduzir em termos financeiros as melhorias aportadas pela empresa e os danos causados ao ambiente (social). O modelo é basicamente composto por três áreas:

- relações com pessoas;
- relações com o ambiente;
- relações com o produto.

Estes *apud* Duarte e Dias (1985, p. 107), por seu turno, desenvolveu um modelo de Balanço Social baseado nas noções de custos sociais e de benefícios sociais, buscando refletir todos os danos que a empresa causa à sociedade e não apenas os custos que tem de pagar, bem como incorpora todos os benefícios trazidos à sociedade. Uma falha do modelo está na dificuldade de atribuir-se valores financeiros a alguns itens. O autor critica, ainda, o fato do modelo conter "elementos situados no âmbito da obrigatoriedade legal". Os principais benefícios sociais do modelo são:

- produtos e serviços prestados;

- pagamentos a outros elementos da sociedade;
- benefícios diretos adicionados (aos empregados);
- doações, serviços prestados, equipamentos, etc;
- melhorias ambientais.

Os principais custos sociais identificados são:

- bens e materiais adquiridos;
- edifícios e equipamentos adquiridos;
- doenças e acidentes de trabalho;
- serviços públicos utilizados;
- danos ao ambiente;
- pagamentos recebidos de outros elementos da sociedade.

Um aspecto comum entre os diferentes tipos de Balanço Social é o destaque para as seguintes informações:

- faturamento;
- lucro;
- número de empregados e folha de pagamento;
- valores gastos com tributos e outros encargos sociais;
- despesas com alimentação do quadro funcional;
- treinamento e qualificação profissional;
- saúde e segurança do trabalhador;
- especificação de benefícios concedidos;
- investimentos em meio ambiente;
- investimentos e doações para a comunidade, entre outras formas de participação na vida da sociedade.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), desenvolveu um modelo disponibilizado para *download* em <http://www.balancosocial.org.br>, que engloba os principais itens que um Balanço Social deve apresentar. É um dos mais difundidos no Brasil atualmente. Apresenta as seguintes informações:

- Receita bruta excluída dos impostos e contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais
- Valor total da folha de pagamento
- Restaurante, ticket - refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados
- Planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios aos aposentados e seus dependentes
- Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive dos aposentados
- Treinamentos, programas de estágios (excluídos salários), reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal), e outros gastos com educação e treinamento de funcionários
- Creche no local ou auxílio creche aos funcionários
- Participações que não caracterizem complemento de salários
- Seguros (parcela paga pela empresa), empréstimo (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos os empregados

- Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais
- Investimentos na comunidade (não incluir gastos com empregados)
- Despoluição, gastos com a introdução de métodos não - poluentes e outros gastos que visem maior qualidade ambiental na operação da empresa
- Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ambientais e outros
- Espaço disponível para que a empresa agregue outras informações que considere reveladoras de sua ação social

#### **4 Método de pesquisa**

A pesquisa realizada pode ser classificada, segundo Vergara (1998), quanto aos seus fins como descritiva e exploratória. Descritiva por descrever as características quantitativas e qualitativas das informações evidenciadas nos Balanços Sociais das empresas em estudo, e exploratória por abordar um tema cujos conhecimentos ainda são relativamente pouco sistematizados, portanto, carentes de análises mais detalhadas.

Quanto aos meios, a pesquisa enquadra-se como documental, na medida em que os dados foram coletados nos Balanços Sociais (documentos) elaborados pelas empresas.

A população é constituída por 88 (oitenta e oito) empresas que espontaneamente participaram do Prêmio Responsabilidade Social, através do encaminhamento de seus Balanços Sociais relativos a 2000, cujos dados foram examinados e comparados.

Os dados coletados nos Balanços Sociais foram separados e organizados por porte das empresas, segregadas em pequenas, médias e grandes, considerando-se pequena empresa aquela com menos de 100 empregados, média empresa aquela com um número de empregados entre 101 a 500, e grande empresa aquela com mais de 500 empregados, segundo critério adotado pela Assembléia Legislativa.

Optou-se por separar as empresas de grande porte em dois grupos devido à sua quantidade. A separação deu-se pelo segmento econômico ao qual as empresas pertenciam, sendo que este foi identificado diretamente nos Balanços Sociais. Com isso, separaram-se as empresas em quatro grandes grupos, a saber:

- Grupo 1 – empresas de pequeno porte do ramo indústria, comércio e serviços;
- Grupo 2 – empresas de médio porte do ramo indústria, comércio e serviços;
- Grupo 3 – empresas de grande porte do ramo indústria; e
- Grupo 4 – empresas de grande porte do ramo serviços.

Não havia nenhuma empresa de grande porte do setor comercial.

Para Sampieri, Collado e Lucio (1991, p. 349), “uma vez que os dados já foram codificados e transferidos para uma tabela, bem como guardados em um arquivo, o pesquisador já pode começar a analisá-los”.

Assim, o conteúdo foi objeto de uma análise descritiva, tendo por base uma tabela pré-confeccionada, onde foram dispostas as informações do modelo do IBASE. A partir deste ponto, foi analisado cada balanço individualmente, marcando-se o número “1” no quadrante correspondente quando a empresa havia evidenciado a informação, e o número “0” caso ela não o tivesse feito.

Considerando que o modelo do IBASE é um dos mais completos em uso no país, decidiu-se adotar a sua estrutura de informações como base para análise dos dados deste estudo, separando-se a análise em três grandes grupos de informações, subdivididos em grupos menores:

- Informação Monetária
- Informação Não Monetária
- Outros dados não constantes no modelo

As informações monetárias foram segregadas em:

- Base (receita líquida, lucro operacional e folha de pagamento bruta)
- Indicadores sociais internos
- Indicadores sociais externos
- Indicadores ambientais

As informações não monetárias foram segregadas em:

- Indicadores sociais internos
- Indicadores sociais externos
- Indicadores ambientais
- Indicadores do corpo funcional
- Cidadania empresarial

As informações referentes a outros dados não componentes do modelo IBASE foram segregadas em:

- Monetárias
- Não monetárias

Vergara (1998, p. 47) entende que “todo método tem possibilidades e limitações”. Assim, o método escolhido para o estudo apresenta algumas restrições:

- restringiu-se à empresas situadas no Rio Grande do Sul;
- incluiu apenas empresas que optaram por participar e concorrer ao prêmio da Assembléia Legislativa, uma vez que não se conhece de fonte segura, todas as empresas do Rio Grande do Sul que publicam Balanços Sociais;
- apurou-se unicamente a ocorrência da informação não preocupando-se com a sua qualidade.

## 5 Análise descritiva dos dados

Como já mencionado, as empresas foram classificadas pelo seu porte e pelo seu ramo de atividade. A tabela 1 ilustra esta distribuição.

Tabela 1 - Classificação das empresas

RAMO PORTE	Comércio	Indústria	Serviços	Total
Pequeno	5	8	10	23
Médio	2	11	13	26
Grande	0	16	23	39
Total	7	35	46	88

A segmentação das empresas por porte ficou configurada da seguinte maneira: 23 empresas eram de pequeno porte, 26 de médio porte e 39 de grande porte, totalizando 88 empresas. Destas, 7 pertenciam ao segmento de comércio, 35 de indústria e 46 de serviços.

Em termos percentuais, as empresas de pequeno porte correspondiam a 26%, as de médio porte a 30% e as de grande porte a 44%. A tabela 2 ilustra esta participação relativa.



Tabela 2 - Classificação percentual das empresas

RAMO PORTE	Comércio	Indústria	Serviços	Total
Pequeno	6%	9%	11%	26%
Médio	2%	13%	15%	30%
Grande	0%	18%	26%	44%
Total	8%	40%	52%	100%

Das 88 empresas, 7 pertenciam ao ramo de comércio, 35 pertenciam ao setor industrial e 46 ao setor de serviços, significando 8% no setor comercial, 40% no setor industrial e 52% no setor de serviços.

Tabela 3 - Resumo do Grupo 1

INDICADOR	Ocorrência Registradas	Ocorrências Possíveis	%
Monetários– Base	63	69	91
Monetários– Internos	115	253	45
Monetários – Externos	21	230	9
Monetários – Ambientais	15	46	33
Não monetários – Internos	12	253	5
Não monetários – Externos	11	230	5
Não monetários – Ambientais	4	46	9
Não monetários – Corpo funcional	86	207	42
Não monetários – Cidadania empresarial	5	115	4
Outras informações – Monetárias	13	46	28
Outras informações – Não monetárias	92	322	28
TOTAL	437	1.817	24

A quantidade máxima de ocorrências possíveis foi encontrada multiplicando-se o número de empresas que compunham o grupo e o número de tipos de registros pesquisados em cada item. Por exemplo, para o Grupo 1, que era composto de 23 empresas, o número máximo de registros que poderia conter o indicador 'monetário – base' era 69 (23 empresas x 3 tipos de informações). Este cálculo vale para todos os indicadores das empresas dos quatro grupos, respeitando-se a quantidade destas.

Analisou-se a quantidade de registros encontrada em comparação à quantidade de cada indicador, constatando-se que o item referente às informações monetárias básicas da empresa foi o que proporcionalmente apresentou o maior número de evidenciações, ou seja, 91%, considerando-se o número máximo possível de evidenciações.

Em seguida, tem-se os itens monetários internos e não monetários do corpo funcional com 45% e 42%, respectivamente. Isso demonstra a preocupação destas empresas em divulgar informações relativas ao quadro interno, em contrapartida à divulgação de informações de suas ações sociais para a comunidade. A causa provável é o porte das empresas, que na sua maioria não têm condições de atuar de forma marcante na comunidade.

O item menos representativo foi a informação não monetária relativa à cidadania empresarial, com apenas 4% de registros, ou seja, 5 registros sobre os 115 possíveis.

Mais uma vez enfatiza-se o viés de informação gerada neste grupo, pela adoção por muitas empresas do modelo sugerido pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 4 - Resumo do Grupo 2

INDICADOR	Ocorrências Registradas	Ocorrências Possíveis	%
Monetários- Base	61	78	78
Monetários- Internos	145	286	51
Monetários – Externos	48	260	18
Monetários – Ambientais	24	52	46
Não monetários – Internos	60	286	21
Não monetários – Externos	44	260	17
Não monetários – Ambientais	24	52	46
Não monetários – Corpo funcional	106	234	45
Não monetários – Cidadania empresarial	8	130	6
Outras informações – Monetárias	20	52	38
Outras informações – Não monetárias	116	364	32
TOTAL	656	2.054	32

Analisando a quantidade de registros que foi encontrada em comparação ao montante de cada indicador, constata-se que o item referente as ‘informações monetárias básicas’ da empresa, foi o que proporcionalmente apresentou o maior número de ocorrências que seria possível de se registrar, atingindo um total de 78%.

Em seguida, tem-se os itens ‘monetários internos’, ‘monetários ambientais’ e ‘não monetários ambientais’ com 51%, 46% e 46% respectivamente. O item ‘não monetário do corpo funcional’ apresentou 45% dos registros possíveis. Parece haver maior preocupação das empresas com seus colaboradores e com a questão ambiental. O item que menos apresentou registros foi o relativo a ‘informações não monetárias de cidadania empresarial’, com apenas 6% dos registros possíveis.

Do total dos 2.054 registros possíveis, apenas 656 foram identificados nos balanços sociais das empresas deste grupo, o que significa 32% tão somente.

Tabela 5 - Resumo do Grupo 3

INDICADOR	Ocorrências Registradas	Ocorrências Possíveis	%
Monetários- Base	27	48	56
Monetários- Internos	106	176	60
Monetários – Externos	41	160	26
Monetários – Ambientais	15	32	47
Não monetários – Internos	66	176	38
Não monetários – Externos	34	160	21
Não monetários – Ambientais	18	32	56
Não monetários – Corpo funcional	60	144	42
Não monetários – Cidadania empresarial	6	80	8
Outras informações – Monetárias	18	32	56
Outras informações – Não monetárias	69	224	31
TOTAL	460	1264	36

Comparando a quantidade de indicadores que foram evidenciadas com a quantidade que poderia ter sido evidenciada, constata-se que o item referente às ‘informações monetárias

internas' da empresa, foi o que proporcionalmente apresentou o maior número de ocorrência que seria possível de se registrar, atingindo uma participação de 60%.

Em seguida, tem-se os itens 'monetários básicos', 'monetários ambientais', e 'outras informações monetárias' com 56%. O item 'monetário ambiental' apresentou 47% dos registros possíveis, demonstrando a preocupação das empresas com a questão ambiental. O item menos evidenciado foi o relativo a 'informações não monetárias de cidadania empresarial', indicado em apenas 8% dos Balanços Sociais.

Dos 1.264 registros possíveis, apenas 460 foram identificados, o que equivale a 36%, isto é, pouco mais de 1/3.

Tabela 6 - Resumo do Grupo 4

INDICADOR	Ocorrências Registradas	Ocorrências Possíveis	%
Monetários– Base	46	69	67
Monetários– Internos	139	253	55
Monetários – Externos	65	230	28
Monetários – Ambientais	21	46	46
Não monetários – Internos	65	253	26
Não monetários – Externos	60	230	26
Não monetários – Ambientais	21	46	46
Não monetários – Corpo funcional	100	207	48
Não monetários – Cidadania empresarial	15	115	13
Outras informações – Monetárias	14	46	30
Outras informações – Não monetárias	88	322	27
TOTAL	634	1817	35

Comparando a quantidade de indicadores que foram evidenciados com a quantidade que poderia ter sido evidenciada, constata-se que o item referente às 'informações monetárias básicas' da empresa, foi o que proporcionalmente apresentou o maior número de ocorrências que seria possível de se registrar, atingindo uma participação relativa de 67%.

Em seguida, tem-se os itens 'monetários internos' e 'não monetários do corpo funcional' com, respectivamente, 55% e 48% cada. Os itens 'monetário ambiental' e 'não monetário ambiental' apresentaram 46% dos registros possíveis, demonstrando, também, a preocupação destas empresas com a questão ambiental. O item menos evidenciado foi o relativo a 'informações não monetárias de cidadania empresarial', indicado em apenas 13% dos Balanços Sociais.

Dos 1.817 registros possíveis, apenas 634 foram identificados, o que equivale a 35%, isto é, pouco mais de 1/3.

Tabela 7 - Comparação da quantidade de informações evidenciadas pelos grupos

INDICADOR	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3	GRUPO 4
Monetários– Base	63	61	27	46
Monetários– Internos	115	145	106	139
Monetários – Externos	21	48	41	65
Monetários – Ambientais	15	24	15	21
Não monetários – Internos	12	60	66	65
Não monetários – Externos	11	44	34	60
Não monetários – Ambientais	4	24	18	21
Não monetários – Corpo funcional	86	106	60	100
Não monetários – Cidadania empresarial	5	8	6	15

INDICADOR	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3	GRUPO 4
Outras informações – Monetárias	13	20	18	14
Outras informações – Não monetárias	92	116	69	88
TOTAL	437	656	460	634
Número de empresas	23	26	16	23
MÉDIA POR EMPRESA	19	25	29	28

O número máximo de informações possíveis que cada empresa poderia evidenciar era de 79. Com um total de 88 empresas, o número máximo de informações seria de 6.952 (79x88). O número de informações evidenciadas foi de 2.187 (437+656+460+634), ou seja, 31% do total de evidências possíveis.

Em termos médios por empresa, o grupo que mais evidenciou foi o de número 3 com 29 informações. O grupo 4 apresentou uma média de 28 informações evidenciadas e o grupo 2 de 25. O grupo com a menor média de informações por empresa foi o grupo 1 (empresas de pequeno porte), com 19.

## 6 Conclusão

Nos últimos anos vem aumentando a preocupação por parte das empresas com relação a opinião dos seus agentes internos e externos. Estes agentes são representados por funcionários, fornecedores, clientes, consumidores, governo, entre outros. A preocupação das empresas converge justamente para a visão que os mesmos têm em relação aos seus produtos, sua política de relacionamento com o público interno e externo, o que em uma visão macro representa o que se costuma chamar de responsabilidade social, e que não deve ser confundida com filantropia.

Um alto nível de competitividade gera também um alto nível de necessidade por informações atualizadas e confiáveis. A relação existente entre a necessidade de expor a responsabilidade social da empresa e a necessidade de informações diferenciadas da empresa, convergem para o que comumente se conhece como Balanço Social.

A pressão sofrida pelas empresas para que divulguem informações a respeito de sua responsabilidade social, seja interna, externa ou corporativa, pode ser medida pelo crescente volume das que vêm elaborando o Balanço Social.

Apesar de que esta demonstração já tenha ganho força, é fato notório que as informações nela evidenciadas nem sempre são as mais adequadas. Diferentemente da contabilidade tradicional, que evidencia ativos e passivos, os Balanços Sociais em sua maioria buscam apenas demonstrar o ativo social das empresas, desconsiderando o outro lado, necessário para haver equilíbrio.

Mesmo tendo-se adotado como base de informação do estudo em questão, um modelo de Balanço Social não complexo e já nacionalmente difundido como o do IBASE, o que se pode vislumbrar é uma deficiência em expor questões mais delicadas a respeito das políticas da empresa. Informações a respeito da ‘cidadania empresarial’ foram as mais evitadas pelas empresas.

Percebe-se, ainda, que há muito a ser melhorado na qualidade dos Balanços Sociais, principalmente no que diz respeito à clareza das informações monetárias, na maioria dos casos apresentadas de forma resumida.

Apesar da falta de evidenciação de muitas informações, em termos gerais, existem Balanços Sociais divulgados com qualidade. Devido a liberdade de expressão, a qual esta demonstração está exposta, por não ser obrigada por lei mas apenas incentivada, as empresas ganham espaço para fazer suas próprias melhorias e incrementos de informações que julguem importantes. Assim sendo, não seria conveniente para a maturação desta demonstração que a mesma se

tornasse obrigatória, já que pode-se correr o risco de transformá-la em mais um documento produzido para atender a uma demanda de cunho legal, tão somente.

Constatou-se, em relação às empresas do grupo 1, que praticamente a totalidade das mesmas evidenciou as informações monetárias básicas ( receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta), e pouco menos da metade evidenciou informações relativas a itens monetários internos e itens não monetários do corpo funcional. Praticamente não houve divulgação de informação não monetária acerca da cidadania empresarial.

Com referência às empresas do grupo 2, constatou-se que um grande número das mesmas prestou informações monetárias básicas, a metade divulgou informações sobre itens monetários internos, e pouco menos da metade sobre itens monetários ambientais e não monetários ambientais. Praticamente não houve divulgação de informações não monetárias de cidadania empresarial.

No grupo 3, pouco mais da metade das empresas evidenciaram informações monetárias básicas, o mesmo ocorrendo com os indicadores não monetários ambientais e outras informações monetárias. Os indicadores monetários internos foram divulgados por um número um pouco maior de empresas deste grupo. Informações não monetárias de cidadania empresarial foram as menos evidenciadas.

Nas empresas do grupo 4, o maior número de informações se referia aos indicadores monetários básicos, divulgados por dois terços das mesmas. Em torno da metade das empresas evidenciou informações sobre itens monetários internos, não monetários do corpo funcional e monetário ambiental. As informações não monetárias de cidadania empresarial, também neste grupo, foram as menos evidenciadas.

Outro ponto de destaque é a percepção obtida com este estudo de que as grandes empresas, em geral, apresentaram mais informações do que as pequenas empresas. Isso deve-se ao fato de que aquelas possuem condições de manter pessoas trabalhando com a finalidade de elaboração do Balanço Social, enquanto que as pequenas não têm esta facilidade.

Observou-se, também, que o público interno recebe maior atenção, se comparado ao público externo, por parte das empresas no momento da elaboração do Balanço Social.

Conclui-se este estudo, constatando que apesar dos grandes avanços verificados nos últimos anos, comprovados pelo crescente número de empresas que estão divulgando seus Balanços Sociais, ainda há muito a ser feito por parte das mesmas para melhorar a qualidade do processo de evidenciação de suas ações sociais.

## **Referências**

ARAÚJO, Francisco José de. Dimensões da Responsabilidade Social da empresa. Revista Brasileira de Contabilidade. – Ano XXX, n.º 129, Maio/Junho de 2001.

BUENO, Artur Franco. Problemas de *Disclosure* no Brasil: o caso das empresas com ação no exterior. Caderno de Estudos. – n.º 20, Janeiro a Abril de 1999. São Paulo: FIECAFI

COSTA, Cláudia Soares, VISCONTI, Gabriel Rangel e AZEVEDO, Caio Britto de. Balanço Social e outros aspectos da Responsabilidade Social Corporativa. [on-line] <http://www.bndes.gov.br> 2002.

DUARTE, Gleuso Damasceno e DIAS, José Maria A. M. Responsabilidade Social: a empresa hoje. São Paulo: LTC, 1985.

HENDRIKSEN, Eldon S. e VAN BREDA, Michael F. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de e MARION, José Carlos. Dicionário de Termos de Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2000.

MENDES, Abadia Eleuza et al. Balanço Social: Exercício de Cidadania. Revista de Contabilidade do CRC-SP. – Ano II, n.º 6, Novembro de 1998.

RIBEIRO, Maisa de Souza e LISBOA, Lázaro Plácido. Balanço Social: Instrumento de Divulgação da Interação da Empresa com a Sociedade. [on-line] <http://www.google.com> 2002.

SÁ, Antonio Lopes de. Teoria da Contabilidade. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, Paulo R.E.B. Análise do atual estágio de disclosure das companhias abertas no mercado de capitais brasileiro e contribuições para seu aprimoramento. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEA-USP, 1995.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Relatório de Administração: Balanço Social. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do RS. – n.º 74, Julho/Setembro de 1993.

VASCONCELOS, Yumara Lúcia e VIANA, Aurelina Laurentina. Evidenciação: forma e qualidade. Revista Brasileira de Contabilidade. – Ano XXXI, n.º 134, Março/Abril de 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 1998.